

O ANARQUISMO BRASILEIRO E URUGUAIO FRENTE A POLÊMICA DA REVOLUÇÃO CUBANA

Rafael Viana da Silva ¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo avaliar o impacto da Revolução Cubana no anarquismo brasileiro e uruguaio. O artigo analisa comparativamente a influência desse evento revolucionário nas organizações e círculos anarquistas desses países, em específico, na Federação Anarquista Uruguaia (FAU) e nos periódicos anarquistas brasileiros. Além de apresentar o contexto do anarquismo sul-americano, demonstramos que a Revolução Cubana teve um impacto significativo na tomada de posições dos anarquistas desses países. Além disso, contrapomos a realidade histórica com certa memória constituída sobre este evento significativo.

Palavras chaves: Anarquismo. Revolução Cubana. Imprensa e movimento operário.

Apresentação

As pesquisas sobre o anarquismo, vem continuamente esgarçando as tradicionais balizas periódicas, com as quais este tema vem sendo estudado. Se em grande medida, parte desse alargamento temporal é fruto de novas e instigantes pesquisas acadêmicas realizadas mundo afora, também é resultado, da revisão de determinados pressupostos teóricos que orientavam o estudo dessa ideologia.

Os pesquisadores sulafricanos Michael Schmidt e Lucien van der Walt, referindo-se a este movimento, identificaram uma condição que deveria ser modificada, para permitir o avanço nas pesquisas sobre o anarquismo. O mito dos cinco grandes momentos, segundo esses historiadores, restringiu o estudo do anarquismo, a apenas cinco momentos “chaves” na história de seus aderentes. Esse mito restringiu a periodização das análises históricas. Segundo Schmidt, esses cinco grandes momentos seriam os mártires de Haymarket (Chicago) em 1887; a Confederação Geral do Trabalho e a Carta de Amiens, em 1906; a Revolta de Kronstadt de 1921; a Revolução Espanhola de 1936-1939 e a Revolta Francesa de 1968.

Ao ser incorporado como um senso acadêmico douto, tal mito, ignorou a permanência do anarquismo para além das fronteiras temporais e espaciais costumeiras e impediu uma visão de “longo prazo” sobre as experiências anarquistas².

Tal revisão, teve outro efeito, obrigando a historiografia do anarquismo, a dialogar com historiografias que até então, permaneciam surdas umas as outras. Ao analisar determinadas

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e membro do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA).

² Para uma visão de longo prazo sobre o anarquismo, Cf. CORRÊA, 2012.

experiências anarquistas ao longo da história, os pesquisadores do anarquismo foram obrigados a desenvolver um debate com diferentes empreitadas historiográficas, com ganhos qualitativos mútuos.

Outro movimento que trouxe frutos nas análises históricas do anarquismo, se deu na incorporação dos estudos transnacionais da história do movimento operário³ que continuamente ajudaram a superar o nacionalismo metodológico e o Eurocentrismo nas análises. Este movimento se concretiza em iniciativas que estudaram a presença do anarquismo no continente sul-americano. Outro ganho, se deu com o avanço da História Comparada⁴. Essa permitiu o desenvolvimento de novas e instigantes questões colocadas pelos pesquisadores. Uma delas, por exemplo, fora a relação mal debatida entre o anarquismo, o colonialismo e o anti-imperialismo.

Ao contrário da visão tradicionalmente difundida em determinada História Política das Ideias e a partir dos elementos anteriormente elencados com que pretendemos iniciar este artigo, podemos concluir que o anarquismo constituiu-se para além das fronteiras e os contextos temporais com que foram geralmente trabalhados.

Contexto do anarquismo sul-americano

É habitual considerarmos o “fim” do anarquismo nos anos subsequentes ao término da guerra civil espanhola (1936-39), considerada por muitos, como “a última expressão de massas do anarquismo”. Se é correto afirmar que os anos subsequentes ao fim da Segunda Guerra modificam a realidade mundial e vão reduzir significativamente o alcance da política anarquista, os anarquistas estarão presentes em diferentes países e contextos sociais com certa regularidade.

Na Europa, desenvolveram-se iniciativas diversas dos anarquistas, no que diz respeito as estratégias políticas e de inserção social. Baseando-nos em Corrêa⁵, os anarquistas, formaram organizações específicas, participaram de guerrilhas, formaram grupos insurrecionalistas e se envolveram em iniciativas sindicais de massas (algumas clandestinas). Se não são evidentemente a maior força política do continente e não possuem a força que caracterizava seu movimento nas primeiras décadas, compreender a história do anarquismo no pós-guerra pode abrir perspectivas interessantes e alargar sua história e a das esquerdas.

No que diz respeito a América do Sul o anarquismo inegavelmente sofreu certas discontinuidades se visto de maneira mais ampla. No Brasil, diversos fatores contribuíram para o

3 VAN DER LINDEN, 2007.

4 Sobre os possíveis acúmulos da História Comparada, Cf. BARROS, 2007.

5 CORRÊA, 2012, p. 52.

enfraquecimento político anarquista. Os anarquistas foram um dos maiores opositores a intervenção estatal nos sindicatos, o que acabou lhes atraindo grande repressão política. Sobre a repressão, em relação a outras forças políticas, os anarquistas foram os mais afetados⁶ pela vaga repressiva⁷, que atingiu-os duramente durante toda a década 20 e prosseguiu durante a década de 30 e a segunda metade da década de 40, principalmente no Estado Novo. O principal vetor social do anarquismo (sindicatos) sofreu uma dura intervenção ministerialista, operada por Vargas, no período que se estende de 1937-1945⁸ e tal relação corporativa, apesar da mobilização da classe, não se modificou profundamente no governo Dutra (1946-1951). O terceiro elemento diz respeito a disputa de suas bases sindicais e o prestígio capitaneado pelos comunistas após a Revolução Russa e principalmente, ao fim da Segunda Guerra Mundial. Se até o final da década de 20, os anarquistas ainda possuíam bases sociais mais amplas do que a dos comunistas, a década de 30 reformula o quadro de forças em seu vetor social, trazendo um importante adversário e que possuía uma estrutura política bem organizada. Os anarquistas não conseguiram abrir um novo vetor social que pudesse permitir uma maior continuidade política, o que lhes deixou extremamente reféns de uma política operária nos sindicatos que cada vez mais era negativa ao anarquismo.

Por fim, outro elemento – geralmente ignorado – que contribuiu para o ocaso dos anarquistas no período anterior a Segunda Guerra, fora a falta de organizações políticas próprias, que pudessem articular e pôr em prática um programa em comum nas entidades de classe. O “excesso” de sindicalismo durante as três primeiras décadas do século XX, sem a constituição de uma projeto político em instâncias específicas, transferiu automaticamente a crise do sindicalismo revolucionário para o anarquismo. Tal projeto de formar organizações políticas anarquistas não criou raízes durante este período e só conseguiu ser implementado de fato, a partir de 1948, num congresso nacional⁹, quando seu vetor social, já estava devidamente perdido a outras forças políticas. A iniciativa era fundar uma organização política anarquista de porte nacional, mas a dificuldade de inserção nos sindicatos durante todo o período da redemocratização (1946-1964), dificultou a reprodução da militância e as organizações específicas existentes ficaram cada vez mais restritas ao eixo Rio-São Paulo e com uma amplitude social bem mais modesta do que o previsto. A linha sindical defendida pelos anarquistas nesse período, será a do sindicalismo revolucionário e na formação de grupos de resistência sindical, que atuassem como oposições em determinadas entidades de classe e por locais de trabalho.

6 Sobre isto, Cf. ROMANI In REIS FILHO; DEMINICIS, 2004.

7 Um destes efeitos foi o campo de Clevelândia, espécie de campo de concentração onde os militantes anarquistas eram enviados ao *degredo* pelas autoridades. A repressão ao anarquismo fora muito mais intensa do que aos comunistas nesse período. Sobre isto, Cf. SAMIS, 2002.

8 Sobre a permanência da repressão do Estado ao anarquismo no Estado Novo, Cf. SILVA, 2005, p.66.

9 SILVA, 2014.

A história do anarquismo no Uruguai possui obviamente semelhanças com a história do anarquismo brasileiro, mas é preciso estar atento as diferenças que marcam sua trajetória. No que diz respeito a relação sindicatos e Estado uruguaio, esta se deu de maneira distinta. O movimento operário teve um papel fundamental em definir essa relação, que foi em grande medida, resultante das pressões exercidas no processo de luta de classes¹⁰ no início do século. Desde as primeiras décadas do século XX, o governo de Battle facilitou o desenvolvimento do movimento operário, segundo seus interesses. Promoveu reformas sociais, assumiu o direito de organização sindical, direito de greve, reduziu a violência policial e garantiu pequenas conquistas demandas pelos trabalhadores. Essa tendência só se alteraria em 1930, quando depois da morte de Batlle, o advogado Gabriel Terra assumiu a liderança da fração *battlista* do Partido Colorado¹¹, alinhando o Uruguai a uma tendência autoritária que ocorria em quase toda a América Latina e em 1933 protagonizou um golpe civil dentro do Estado¹². O período de 1933 a 1938, assim como no estado-novo varguista, fora duro aos sindicatos, que se opuseram ao regime de Terra, mas diferentemente do Brasil, a ditadura não conseguiu eliminar a vanguarda sindical com a repressão¹³ e também não estatizou os sindicatos, que mantiveram sua autonomia. A proposta política dos anarquistas para o sindicalismo também sofreu modificações. Um setor relevante do anarquismo uruguaio, optou, principalmente a partir de 1943, por um tipo de militância sindical menos identificada com o anarco-sindicalismo e mais próxima do sindicalismo revolucionário, também chamado de sindicalismo combativo. Aliás, esta é uma similitude entre os dois países, pelo menos no campo da intenção; a estratégia sindicalista revolucionária permaneceu como um horizonte de anarquistas brasileiros e uruguaios, ainda que estes últimos tenham sido mais bem sucedidos em se enraizar e se nutrir de uma experiência do campo ampliado da esquerda.

Outra questão, diz respeito a iniciativa de formar uma organização política anarquista nacional. Nas primeiras décadas do século XX, uruguaios e brasileiros tentaram formar organizações específicas, mas em ambos os casos, tais organizações não sobreviveram ao tempo. Tal situação mudaria profundamente no pós-guerra. A experiência interna em ambos os países, frente a um novo adversário político, apressaria a mobilização no sentido de formar uma organização política. Some-se a isso, que já ao final da Segunda Guerra há uma articulação internacional dentro do movimento anarquista que incentiva a formação de organizações ao redor do mundo. Em 1956, os anarquistas uruguaios conseguiram, a partir de experiências militantes diversas, fundar a Federação Anarquista Uruguiaia (FAU), que ao contrário do anarquismo

10 RUGAI, 2003, p. 50.

11 Idem, p. 93.

12 Idem, p. 98.

13 RUGAI, 2003, p. 109.

brasileiro, conseguiu se enraizar em categorias importantes no movimento sindical de seu país e manteve continuidade nos anos seguintes.

O americanismo anarquista

Em 1957, esses dois mundos do anarquismo se encontrariam, num contexto em que o anarquismo internacional buscava uma “terceira via” para a dualidade política imposta pela Guerra Fria. Em 1957 os anarquistas brasileiros e uruguaios participarão da 1ª Conferência Anarquista Americana junto a diversas organizações. O encontro foi realizado em Montevideu, Uruguai entre os dias 14 e 21 de abril e era uma preparação dos anarquistas sul-americanos para a participação num congresso anarquista internacional, que seria realizado em 1959, na França. Participaram diretamente da conferência, anarquistas do Brasil (Centro de Cultura Social, Agrupamento Anarquista de Porto Alegre, Agrupamento Anarquista e Nossa Chácara de São Paulo), Uruguai (Federação Anarquista Uruguiaia), Argentina (Federação Libertária Argentina, núcleo do jornal “La Protesta”, “La Obra”, “Libre Palabra”, grupos de La Plata e Córdoba), Chile (Federação Anarquista Internacional Chilena) e Cuba (Associação Libertária Cubana). Enviaram temários e propostas para debate, organizações e militantes anarquistas da Bolívia, Estados Unidos da América (Liga Libertária dos EUA, representada por delegados de Cuba), Haiti, México (Federação Anarquista Mexicana), Santo Domingo, Panamá (Agrupamento Anarquista Panamenho) e Peru (Federação Anarquista do Peru)¹⁴. A articulação política de diversas organizações do continente americano foi viabilizada pela ação da Comissão Continental de Relações Anarquistas (CCRA) que teve o protagonismo da Federação Anarquista Uruguiaia.

As discussões da conferência tiveram vários temas e visavam principalmente dar uma fisionomia ao anarquismo do continente americano. Os temas debatidos foram: 1) Estudo da realidade americana, situação do político, econômico e social em cada país; 2) Problemas da América Latina; 3) Problemas mundiais; 4) Relações e coordenação do movimento anarquista; 5) realizações anarquistas e 6) Declarações¹⁵. Não pretendemos nos estender sobre todas as resoluções tomadas neste encontro, mas julgamos frisar, que esse encontro, apontou as linhas gerais da fisionomia do anarquismo sul-americano diante questões que lhe eram colocadas pela conjuntura política e social. Primeiramente, do ponto de vista teórico as organizações e militantes presentes rechaçam “toda afirmação derivada de atitudes dogmáticas, de lugares comuns e de esquemas

¹⁴ Cf. Atas da Conferência Anarquista Americana.

¹⁵ Idem.

simplistas da rica, diversa e complexa realidade humana”¹⁶. Rejeitando tanto o materialismo que “pretende que o devir histórico está determinado por causas materiais alheias a vontade humana” e o “chamado espiritualismo, que cinicamente procura esquecer a base material da aventura humana, utilizando esse esquecimento como justificativa da opressão e da miséria”¹⁷.

Os anarquistas presentes reafirmam o socialismo libertário como produto das aspirações e preferências do ser humano e a conferência analisa que a América Latina está marcada por dois tipos de ditaduras. Um tipo é a calcada sobre a forma de quartelada, que “responde em parte a vontade de poder das castas militares e dos políticos criollos” sendo fundamentalmente uma ferramenta dos capitalistas terratenientes e em maior grau, do imperialismo norte-americano. O segundo tipo são as primeiras tendências em direção a uma ditadura totalitária. Esta se caracterizaria por um “elevado grau de concentração e desenvolvimento estatal e de controle sobre todas ou quase todas as manifestações da vida econômica, política, social e cultural”. Tomam assim a iniciativa de “resistência e criação” para “colaborar na afirmação por antecedência, de condições sociais que tornem difíceis ou impossíveis a implantação de uma ditadura”. Denunciam tanto o imperialismo estatal-capitalista quanto o imperialismo bolchevique, realizando também uma crítica ao “nacionalismo fomentado por oligarquias governantes”. A crítica aos dois imperialismos também é estendida para “as grandes centrais [sindicais] internacionais”, a CIOSL (ORIT) e a FSM (CTAL). Criticam o militarismo e o clericalismo, vendo no primeiro, ainda que tenha uma formação popular, se converte num perigo a “vida social dos povos americanos”.

Taticamente apontam para “desmascarar a igreja ante os crentes verdadeiros, sem tratar de atacar suas convicções”. O importante é “que reajam ante as injustiças e que lutem pela liberdade”. Em relação à coordenação política americana, os anarquistas reunidos na conferência apontam a necessidade de “realizar estudos sobre a realidade americana” e “receber sugestões sobre a seleção de temas e encomendar as organizações estudos similares”. Sobre a articulação da imprensa e material militante, prosseguem recomendando o “intercâmbio regular de material de publicação”, a publicação de “uma seção ou página destinada informações e assuntos de um país próximo”. Sugerem o intercâmbio regular de militantes entre os grupos existentes em diferentes países e que a CCRA seja alimentada financeiramente pelas organizações e se constitua com representações diretas ou indiretas dos diversos núcleos ou movimentos. No âmbito internacional apontam para a necessidade de fortalecer a Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA). Em relação ao congresso internacional anarquista recomendam que as conclusões referentes ao congresso tenham o caráter de recomendações e que a CCRA se

¹⁶ Idem.

¹⁷ Cf. SILVA, 2014.

comunique com a CRIA para viabilizar o intercâmbio de material e o clima do congresso. O objetivo geral defendido pela conferência é a concretização de “vínculos orgânicos federalistas entre o movimentos anarquistas no plano continental e mundial”.

A conferência também recomenda a “participação ativa dos anarquistas no movimento operário, considerando como meio eficaz e necessário para dar-lhe base e caráter popular a nosso movimento sem que isso signifique subestimar outros campos”. A conferência defende a “atuação decidida nos sindicatos e entre os trabalhadores, onde estão e como são, para que – sem compromissos com o reformismo – os anarquistas com sua prédica e sua conduta enfrentem a desorientação atual e desenvolvam um espírito libertário”. Apesar de defender a atuação nos meios sindicais, a conferência, talvez para não desalinhar todas as realidades e consensuar as opiniões recomenda que, sem descuidar de sua atividade anarquista no seio das organizações operárias, culturais, etc. dedique especial interesse a criação de comunidades que na vida presente são uma demonstração prática da possibilidade do trabalho livre e de convivência fraternal.

O encontro saúda a resistência da Federação Anarquista Ibérica (FAI) e das Juventudes Libertárias Espanholas pela “luta heróica contra o franquismo e a luta anarquista que resiste ao totalitarismo comunista”, em países como Hungria, Bulgária e a própria Rússia. A conferência também repudia a legislação repressiva implantada em diferentes países; saúda os sucessos dos militantes revolucionários em Cuba; saúda os estudantes trabalhadores no Chile e repudia a reunião do Tratado de Defesa do Atlântico Sul, definido como uma “intenção militarista e imperial”.

A Conferência Anarquista Americana foi um encontro importante para os anarquistas desse continente. Revelou que estes possuíam ferramentas de análise da realidade em que viviam, assim como concebiam estratégias e táticas para difundir suas propostas políticas entre os trabalhadores. A conferência neste momento, também realçou que a principal estratégia anarquista no continente era a atuação nas entidades dos trabalhadores e nos sindicatos, portanto, uma estratégia de massas e baseada nos pressupostos do sindicalismo revolucionário. Reafirmou o componente anti-imperialista do anarquismo nesse contexto e sua perspectiva de coordenar a atuação política em nível continental. As resoluções desse encontro também podem nos ajudar, junto com outros elementos contidos, a rever as afirmações usuais sobre o anarquismo, tais como, a que os anarquistas não possuem um projeto definido de política e poder, de que não há nenhuma relação entre o anarquismo e o anti-imperialismo. Essa conferência estabeleceu um marco no anarquismo americano, incluindo a questão terceiro-mundista e anti-imperialistas nas agendas das organizações anarquistas. Entendendo o anarquismo como parte de um campo¹⁸ ampliado, pode-se avaliar que o

18 Para compreensão do conceito de campo, Cf. BOURDIEU, 2004..

diálogo com outras forças da esquerda contribuiu fundamentalmente para a incorporação nas fileiras libertárias de temas que eram patrimônio do conjunto das organizações socialistas. Essa agenda terceiro-mundista e anti-imperialista dependeria essencialmente da articulação entre o compromisso internacional dos anarquistas, com suas realidades nacionais.

Os impactos da revolução cubana no anarquismo brasileiro e uruguaio

Em 1959 um acontecimento impactaria não apenas a orientação política dos EUA para com a América Latina, mas também afetaria as discussões internas das organizações de esquerda em todo o planeta. A vitória dos revolucionários em Cuba, traria um debate sobre as melhores estratégias para se alcançar a Revolução Social e afetaria diretamente, diversos espectros políticos da sociedade latino-americana. As condições sociais homogêneas na América Latina¹⁹ e os problemas em comum de seus países, ecoavam problemáticas que o processo revolucionário em Cuba apontara. A questão agrária, a dependência externa, a deterioração das condições das políticas públicas, a extensão dos regimes ditatoriais e acrescentamos, o papel do terceiro-mundo, num processo revolucionário, fazia com que a Revolução Cubana entrasse nas agendas das esquerdas em todo o continente sul-americano como um episódio fundamental.

Segundo Sales (2005, p. 2), este evento “pode ser visto como um divisor de águas na história das esquerdas” e que colocará importantes questões para a esquerda latino-americana. O debate da revolução cubana é geralmente apresentado, como tendo sua influência apenas dentro dos círculos comunistas e nacionais-populares mas na realidade, o anarquismo neste momento, também se defrontará com esta temática, que suscitará polêmicas e dissensões internas. Antes de entrarmos nas polêmicas propriamente ditas, dentro dos círculos anarquistas cabe falar rapidamente da chegada do debate da Revolução Cubana em ambos os países. No que diz respeito ao Brasil, Sales chama atenção para o fato de que uma das formas que a influência da Revolução assumiu, foi a de “inspiração política ampla, servindo para fortalecer bandeiras socialistas e antiburocráticas”²⁰, sobretudo, antes do golpe de 1964. Outra questão fora “a interferência no debate ideológico das organizações e no encaminhamento de suas estratégias políticas”²¹.

No Uruguai, a chegada deste debate também será determinante nas discussões internas e na inspiração política. O pesquisador Eduardo Rey, que estudou profundamente a esquerda revolucionária no Uruguai, chama atenção para a capacidade da Revolução Cubana, em incentivar a

19 SADER apud WASSERMAN, 2006/7.

20 SALES, 2005, p. 4.

21 Idem.

“internacionalização da mobilização no continente” e o “desenvolvimento da esquerda revolucionária latino-americana”²².

No Brasil não é possível dizer com exatidão qual fora o momento fundamental da chegada do debate da Revolução Cubana. Cremos que este deve ter chegado tão logo as notícias da vitória dos revolucionários adentraram na imprensa nacional, mas de fato, os desdobramentos públicos da polêmica, só serão apresentados na imprensa anarquista, nos anos seguintes. Em 1959 já há uma breve menção aos acontecimentos revolucionários em Cuba. Isto se deve ao fato de existir uma rede bem articulada entre os anarquistas, potencializada pela Comissão de Relações Anarquista (CRA). O periódico *Ação Direta* noticiou o ressurgimento do jornal *El Libertário*, que segundo os anarquistas brasileiros reapareceu após o triunfo da Revolução Cubana. Mas não há neste ano, nenhum tipo de debate ou posicionamento dos anarquistas sobre Cuba. Provavelmente, os anarquistas brasileiros esperavam informações de seus congêneres cubanos e latino-americanos para se informarem a respeito de qual posição tomar. Apenas em outubro de 1960 há uma posição mais clara dos anarquistas brasileiros. Tal ocaso tem relação com o desaparecimento de *Ação Direta* em novembro de 1959. Os anarquistas demorarão mais 1 ano para recompor sua imprensa específica, que retornará com o surgimento do jornal *O Libertário* em outubro de 1960. Mas isto não significa que deixaram de se articular nesse período, como prova, o congresso realizado em 1959. Será nas páginas do jornal *Libertário* que a Revolução Cubana é debatida abertamente pela primeira vez. No artigo “Cuba e seus destino”, o anarquista Guillarte apresenta a Revolução Cubana como aquela que “teve a virtude de aunar a admiração e o apoio moral de quantos no mundo consideram que a liberdade é o mais preciosos dos direitos humanos”²³. Se num primeiro momento a matéria evidencia um apoio a Revolução Cubana, pontua críticas, temendo que “qualquer demagogo 'bem falante' pode converter-se em caudilho”²⁴. Pontuando sua crítica, o artigo alerta para os perigos de uma revolução que advém do poder de um só homem ou de um só partido. Desconfiados da aproximação frequente de Fidel Castro aos comunistas, os anarquistas brasileiros dirão:

Estivemos ao lado de Castro quando simbolizava a luta pela liberdade do povo. Nos encontrará frente a frente tão logo essa liberdade deixe de ser patrimônio de todos, para se converter em direito de fazer e desfazer de um só partido.²⁵

Apesar da crítica a possível burocratização da Revolução Cubana, ressaltam que “A nós anarquistas, não nos adormece a interessada propaganda das agências monopolizadas pelo imperialismo norte-

22 TRISTÁN, 2006, p. 49.

23 GUILLARTE, Cuba e seu Destino. **O Libertário**, São Paulo, Novembro de 1960, nº 02, p. 04.

24 Idem.

25 Idem.

americano”²⁶. O tema voltará a ser debatido, mas desta vez, a crítica dos anarquistas brasileiros se centrará na figura de Fidel Castro e não no processo revolucionário cubano. Em junho de 1961 afirmarão que

É tão chocante a notícia de que Fidel Castro propôs a troca de 1.200 prisioneiros por 500 tratores”. Ressaltarão que “Se alguma dúvida houvesse ainda quanto à orientação marxista da revolução cubana, que inicialmente foi aplaudida e festejada por todos quantos anseiam por uma vida livre, essa notícia viria confirmar o temor de todos aqueles que ainda cultivam no pensamento uma idéia de liberdade.”²⁷

Ressalta-se que este texto não é assinado individualmente, mas é praticamente um texto editorial, o que já indica a formalização coletiva que caminha para um consenso no anarquismo brasileiro sobre os caminhos da Revolução Cubana, não sem antes, gerar certas dissensões. No artigo escrito pelo anarquista Souza Passos, a posição majoritária dos militantes paulistas é divulgada em outubro de 1961. Sob o título “Os anarquistas e a Revolução Cubana”, o militante afirmará que um “movimento revolucionário como o que se produziu em Cuba não podia ser indiferente aos anarquistas” e que “em todas as refregas revolucionárias estiveram os anarquistas presentes”. Mas, criticavam o que consideravam os “desvios da revolução”. Fazia críticas ao “controle totalitário do Estado” e a “cimentação de um regime político ditatorial que conduz à estruturação de um Estado-policia”²⁸. Aqui cabe fazer uma afirmação importante. O uso do conceito de totalitarismo ou Estado totalitário será cada vez mais usual na imprensa anarquista internacional. Tal conceito era incorporado pelos anarquistas brasileiros para analisar a realidade. Uma revista importante para definir conceitualmente a posição latino-americana do anarquismo sobre estes temas, foi a *Reconstruir*²⁹, que apesar de feita por anarquistas argentinos recebia também relevantes contribuições de setores do anarquismo uruguaio.

Por fim, o texto evidencia um dissenso interno. Segundo o autor,

nos causa estranheza a atitude dos companheiros que compõe o Centro Ferrer de Estudos Sociais na vizinha cidade de Santos, endereçando ao Centro de Cultura Social desta Capital uma carta em que discordam da publicação, em O LIBERTARIO, de julho p. passado, do comentário acerca da proposta de Fidel Castro sobre a troca de prisioneiros por tratores.³⁰

Para Souza Passos, “a imprensa anarquista de todo o mundo está conosco nesta maneira de

26 Idem.

27 Prisioneiros por tratores. **O Libertário**, São Paulo, Julho de 1961, nº 04, p. 01.

28 PASSOS, Souza. Os Anarquistas e a Revolução Cubana. **O Libertário**, São Paulo, Outubro de 1961, nº 05, p. 01.

29 Em nosso inventário de fontes descobrimos a Revista Reconstruir. Identificamos nesta um elemento fundamental de refinamento dos conceitos utilizados pelo movimento anarquista do período na América do Sul. O caso da Revolução Cubana será alvo de várias críticas de Reconstruir. Editarão o livro *Revolución y dictadura en Cuba*, que será distribuído para os anarquistas do cone-sul.

30 Idem.

encarar os acontecimentos de Cuba”. Afirma que “Não estamos contra a revolução cubana, mas contra o desvio de um dos mais empolgantes movimentos revolucionários depois da Revolução Espanhola”³¹. Essa rede de relações, constituída principalmente no fim da década de 40 estava sintetizada na Comissão de Relações Anarquistas (CRA), que foi a grande protagonista da articulação internacional do anarquismo no pós-45.

Os anarquistas assim, ignorariam a questão da Revolução Chinesa. À despeito dos problemas de idioma, cremos que isto se explica pela influência do americanismo à época, que fazia com que a Revolução Cubana fosse proporcionalmente mais relevante aos círculos de esquerda latino-americanos, incluindo os anarquistas do que o debate da Revolução Chinesa. Outro elemento que talvez possa explicar isso, seja o fato de Cuba assumir na imprensa internacional um destaque maior do que o tema chinês.

O debate sobre a Revolução Cubana prosseguirá na imprensa anarquista brasileira, mas desta vez com contornos mais bem definidos. A medida que as informações iam chegando os anarquistas aumentariam o tom de voz. A ameaça de fuzilamento do libertário Luiz Miguel Linsuain, ex-combatente de Siera Maestra³² evidenciaria, junto ao o exílio do chamado Movimento Libertário Cubano, as perseguições e divisões internas em Cuba. Em contato com militantes argentinos, de *Acción Libertária*³³, traduzirão uma espécie de programa ou formulação mínima, que sistematizava as principais críticas ao processo cubano e as propostas dos anarquistas. Aliás, será a relação com os anarquistas argentinos que pautará em grande medida a posição dos anarquistas brasileiros. Realçemos que o debate da Revolução Cubana foi bem mais presente na Argentina do que em solo brasileiro. Era principalmente pela relação política e a imprensa anarquista argentina, que os anarquistas brasileiros se nutririam dos elementos críticos ao processo cubano.

O assunto só seria retomado em 1963, onde os anarquistas publicarão o artigo “Em defesa da Revolução Cubana”³⁴. Reafirmam o caráter da luta anti-colonial em que se envolveu historicamente o anarquismo e a participação de um setor libertário durante a Revolução Cubana. Afirmam que os anarquistas “estão com a revolução libertadora do povo cubano” mas não podem “concordar com ditadores que estão desvirtuando as finalidades pelas quais essa revolução foi feita”. Referindo-se diretamente aos anarquistas, os militantes brasileiros condenarão a prisão de anarquistas em Cuba, que motivou ações de solidariedade em outros países, como o ato realizado

31 Idem.

32 Um Libertário ameaçado de “Paredón”. **O Libertário**, São Paulo, Outubro de 1961, nº 05, p. 04.

33 Importante jornal ligado a Federação Libertária Argentina, que divulgará exaustivamente (proporcionalmente ao caso brasileiro e uruguaio) matérias críticas sobre a Revolução Cubana.

34 Em Defesa da Revolução Cubana. **O Libertário**, São Paulo, Agosto/Setembro de 1963, nº 22-23, p. 01.

pela Federação dos Anarquistas londrinos³⁵. Identificaram em Fidel Castro um dos elementos que possibilitaram o que consideram como “contra-revolução”³⁶. Condenam o controle rígido dos sindicatos e o fechamento da imprensa anarquista. Baseiam-se principalmente, nos depoimentos dos anarquistas cubanos, exilados em solo argentino.

Em janeiro de 1964, o tema da Revolução Cubana será alvo de debate, desta vez, dentro das variadas discussões realizadas no âmbito do último encontro anarquista nacional (1963) realizado antes do golpe militar. Tal postura visava dar uma posição definitiva sobre o tema, baseada num consenso coletivo dos anarquistas espalhados no território nacional. Reafirmarão o caráter de apoio as lutas anti-coloniais e ressaltam a participação dos anarquistas no processo revolucionário cubano. Repudiarão no entanto, o fechamento da imprensa anarquista e de suas organizações nesse país e as perseguições aos militantes anarquistas cubanos. Afirmam, que esse “movimento de protesto contra as perseguições à participantes da revolução, não podem ser confundidos com atos de elementos capitalistas, que são contrários a todos os movimentos de libertação social”³⁷. Distinguindo-se da crítica realizada pelos setores conservadores, dizem que sua postura “nada tem de comum com a ação dos capitalistas”, pois neste sentido “a repelem e denunciam como reacionária”³⁸. Prosseguem afirmando que continuam a “defender a revolução cubana”, mas “condenam o novo regime ditatorial estabelecido em Cuba”.³⁹

Podemos chegar a conclusão, de que os anarquistas apoiaram a Revolução Cubana no período de 1959-1964, mas possuíam uma visão crítica do processo. De fato, o debate da Revolução Cubana foi encarado de frente pelos anarquistas brasileiros, que se articulavam em consonância com uma posição internacional do anarquismo. O debate, apesar de ter gerado certos dissensos, caminhou para um consenso interno, resolvido no encontro de 1963. Não houve nenhum elemento que pudesse impactar as dissensões a ponto de provocar uma cisão. As táticas empregadas pela Revolução Cubana (foquismo) não chegaram a ser debatidas, já que a situação do anarquismo no período de 59-64 era de refluxo de sua inserção nos vetores sociais e não havia motivo para um debate mais aprofundado sobre esse tema. Outra questão que amenizou os conflitos internos, se deu no nível de organicidade do anarquismo brasileiro. A ideia de uma Federação Anarquista de âmbito nacional, dera lugar, a grupos e organizações muito mais modestas a partir de 1959 e com grau de organicidade mais frouxos. Esses grupos passam a operar com horizontes mais limitados. Diferentemente do Uruguai, o anarquismo brasileiro digeriu o debate da Revolução Cubana, com

35 Idem.

36 A Contra-Revolução Bolchevista em Cuba. **O Libertário**, São Paulo, Outubro/Novembro de 1963, nº 24-25, p. 02.

37 A Revolução Cubana. **O Libertário**, São Paulo, Janeiro de 1964, nº 26, p. 01.

38 Idem.

39 Idem.

poucos efeitos colaterais e isso era explicado pelas diferenças de realidade da militância nesses dois países.

Já para os anarquistas uruguaios, essa discussão terá um caráter muito mais fundamental. Isto se deve a variados motivos. Como vimos anteriormente, o anarquismo uruguaio, apesar de também ter passado por vagas repressivas, proporcionalmente manteve-se mais intacto do que o anarquismo brasileiro. Além disto, manteve-se, ainda que de maneira inicialmente modesta, a presença anarquista nos sindicatos uruguaios. Estes conseguiram atuar em setores classistas importantes e com maior capilaridade que os brasileiros. Os anarquistas também conseguiram formalizar uma organização anarquista nacional, a Federação Anarquista Uruguaí (FAU), fundada em 1956, o que lhes permitiu, mediante uma organização bem estruturada e com uma leitura política apurada, incidir no campo da esquerda com mais força. Antes mesmo da vitória da revolução, a FAU já acompanhava a luta em Sierra Maestra com simpatia⁴⁰ e trabalhou ativamente na formação de comitês de apoio a Cuba. O central para a FAU era o enfrentamento ao imperialismo e o resgate dos métodos de ruptura, ainda assim, se posicionaram desde o início nas balizas de um apoio *crítico*⁴¹. Em 1959 a FAU publicará o primeiro texto de apoio ao evento revolucionário, nesse primeiro momento, ainda não estão claros, os elementos que pautariam as questões críticas que a organização delineava⁴² e a Revolução Cubana permanecia apenas como uma inspiração. De maneira geral, afirmavam que a “revolução cubana pertence ao povo, em especial a juventude. Se uma intervenção armada se produzisse ali, os povos da América teriam que defendê-los, porque se os deixássemos destruir, estaríamos nos suicidando”⁴³. Em 1960 os anarquistas da FAU, após um pleno, se posicionarão de maneira mais sistematizada. No texto intitulado “Porque apoiamos e defendemos a revolução Cubana” afirmarão que em “Cuba está começando uma autêntica revolução”⁴⁴ mas chamam atenção para o fato de que “dirigentes incrustados nos grêmios para servir consignas partidárias”, longe de ser uma garantia, constituem uma trava e um perigo para a revolução⁴⁵. Cientes dos possíveis “desvios” da Revolução, os anarquistas da FAU dirão que “sabemos que a Revolução Cubana não é – pelo menos neste momento – o tipo de revolução popular que previamente postularíamos”, mas aceitam que esta pode ser um “avanço abertura de uma via latino-americana até o socialismo e a liberdade”⁴⁶. Este

40 Cf. RUGAI, 2003, p. 146

41 Idem.

42 Mesmo com a visita de Fidel ao Uruguaí em 1959.

43 “Cuba Una Esperanza” apud MECHOSO, 2006, p. 119.

44 “Por qué apoyamos y de qué defendemos a la revolucion cubana. Resolución del pleno de la Federación Anarquista Uruguaya apud MECHOSO, 2006, p. 127-135.

45 Por qué apoyamos y de qué defendemos a la revolucion cubana. Resolución del pleno de la Federación Anarquista Uruguaya apud MECHOSO, 2006, p. 130.

46 Idem.

primeiro texto sistemático, produzido pela FAU desconstrói o mito de que esta apoiou acriticamente a Revolução Cubana. Desde seus primeiros pronunciamentos já indica que “sem negar ou ignorar seus aspectos negativos nem os fatores que podem lhe desvirtuar, entendemos que devemos apoiar a Revolução Cubana”⁴⁷. Como bem apontado pelo historiador Ricardo Ramos Rugai, o apoio a Revolução Cubana pela FAU jamais foi incondicional. O que houve, principalmente no Brasil foi a construção de uma memória de que esta organização aderiu ao castrismo incondicionalmente. Principalmente a partir da leitura realizada pelo memorialista e pesquisador Edgar Rodrigues, militante anarquista brasileiro, que participou da geração de 1946-64 e consolidou nos anos seguintes uma versão “oficial” dessa história, da FAU enquanto uma organização pró-castro e dos anarquistas brasileiros como contrários ao processo revolucionário.

A FAU, como indicado, chamou atenção para o perigo da revolução “perder seu dinamismo”, burocratizar-se ou cair na aparente efetividade das ditaduras e dos “homens fortes”⁴⁸. Longe de apenas emitir um apoio, delineou com precisão, propostas que poderiam ser aplicadas na realidade cubana. Articulando a luta dos revolucionários espanhóis de 1936-39 com a Revolução Cubana aproveitará para marcar o que chamam de “Terceira Posição”, que era a definição dos anarquistas fora do eixo soviético ou capitalista. Uma espécie de via popular própria, que negaria tanto o comunismo “com sua concepção totalitária” e o capitalismo “que nega o homem”⁴⁹.

O apoio da Revolução Cubana pela FAU teve implicações bem maiores do que a dos anarquistas brasileiros. Primeiramente, a FAU participou de forma ativa e foi pioneira na formação de comitês de apoio a Cuba que reuniam setores importantes da esquerda uruguaia. Esses comitês, organizados em bairros e fábricas foram fundamentais para contrapor a linha da FAU a de outras correntes políticas e dar uma identidade própria a essa organização. A Revolução Cubana era para FAU não apenas um debate de ideias, mas também implicava na defesa de uma determinada perspectiva revolucionária dentro do Uruguai. Ao debaterem o problema cubano, os militantes da esquerda uruguaia, de certo modo, debatiam sua própria realidade. Este confronto de perspectivas ajudou a conformar um campo político em comum, campo que o historiador Eduardo Rey Tristán chamará de *esquerda revolucionária*. Lembremos segundo Garcia⁵⁰, que a revolução cubana reabria para a esquerda latino-americana temas que estavam cristalizados em seu pensamento. Reafirmava a atualidade do socialismo nos países do continente e questionava a ideia hegemônica de que a burguesia nacional desempenharia um papel revolucionário⁵¹. Também permitiu refutar a tese da

47 Idem.

48 Idem.

49 Idem.

50 Apud SALES, 2005, p. 2.

51 “A Revolução Cubana ocorreu numa época em que os Partidos Comunistas latino-americanos defendiam a revolução

transição pacífica ao socialismo, defendida principalmente pelos partidos comunistas. Esses elementos reforçariam as críticas anarquistas aos modelos marxistas defendidos por certas correntes políticas no Uruguai e polarizariam opiniões. Como apontado por Rugai,

A revolução Cubana chegou num momento em que a FAU e algumas outras organizações revolucionárias uruguaias polemizavam com a esquerda reformista uruguiaia, sobretudo o PCU, a respeito da luta armada, emprego da violência, crítica a atuação parlamentar e radicalização das lutas populares.⁵²

O segundo impacto da Revolução Cubana se deu no interior da própria FAU. Não se pode dizer que a dissensão interna que toma conta da FAU é fruto exclusivo do debate da Revolução Cubana. Mas de fato, tais debates internacionais evidenciaram posturas muito distintas a seguir, que aguçavam diferenças já existentes. Com a presença de mais de 60 militantes e com um longo debate, estendido até as 3h da manhã, a FAU reafirmará o apoio a Revolução Cubana em 1961. Apesar dos dissensos internos, que avaliavam a crescente influência comunista, se produziu um acordo interno, onde a FAU manteve apoio ao processo revolucionário cubano⁵³. Não há nesse período, ao contrário da imprensa anarquista brasileira, menção aos presos políticos anarquistas em Cuba. De fato, os anarquistas brasileiros estavam mais bem sintonizados com o anarquismo europeu, cuja orientação, já era clara neste sentido: Cuba desvirtuara-se enquanto uma revolução e deveria receber duras críticas do movimento libertário internacional.

Para os anarquistas uruguaios no entanto, a questão terceiro-mundista era mais importante, a ponto de pesarem as críticas ao processo cubano. Ao que parece, a posição sobre Cuba que a FAU sustentava, também era mantida para preservar uma relação entre correntes políticas dentro do próprio Uruguai⁵⁴, mantendo assim, um campo de diálogo em comum, que era importante para a correlação de forças. A FAU, sintonizada com o terceiro-mundismo avaliava em 1962 que “Cuba, Argélia, o Congo, China constituem uma forte dor de cabeça para as metrópoles”⁵⁵. Ainda em 1962 a FAU denunciaria a “criação do Partido Único” como algo que “conspira contra o desenvolvimento da revolução”⁵⁶. Neste documento defendem a autodeterminação dos povos, o anti-imperialismo (tanto o imperialismo estado-unidense como o soviético), a autogestão social, democracia direta,

democrático-burguesa, em aliança com setores progressistas das classes dominantes.” WASSERMAN; RIBEIRO, 2009, p. 76.

52 RUGAI, 2003, p. 149.

53 “Pleno reafirmó la solidaridad com la Revolución Cubana” apud MECHOSO, 2006, p. 196-197.

54 A FAU por exemplo, sempre que possível, colaborou com o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (MLN-T). A criação da tendência combativa Resistencia Obrera Estudiantil (ROE) também deve ter ajudado a plasmar o consenso em torno de Cuba, já que a ROE abrigava setores políticos não-anarquista e que eram simpáticos às questões inauguradas pela Revolução Cubana. Cf. TRISTÁN, 2006, p. 226.

55 “Cuba e o Terceiro Mundo, Noviembre de 1962” apud MECHOSO, 2006, p. 219.

56 “Justa posición de FAU. Sobre Revolución Cubana” apud MECHOSO, 2006, p. 223.

crítica ao partido único e ao marxismo-leninismo etc. Até então, pode-se dizer que a posição da FAU era muito próxima da dos anarquistas brasileiros, que em 1963, num encontro nacional reafirmaram um apoio crítico a Revolução Cubana⁵⁷.

A grande questão é que em 1963 a FAU é tomada por debates e polêmicas internas que levarão a organização para uma cisão. Este processo se iniciou nos anos anteriores e amplificou enfoques estratégicos distintos. Os temas mais importantes para a cisão foram: Cuba, estrutura orgânica, prioridade operária e violência revolucionária⁵⁸. Percebemos que os temas em questão, em maior ou menor grau, estavam relacionados com a temática cubana, ainda que indiretamente. Não entraremos nos pormenores da cisão interna da FAU, que mereceriam outro artigo, mas, a saída deste grupo, fez com que os que permanecessem, alinhassem a organização em direção: a uma estrutura orgânica federativa⁵⁹ e que pudesse fortalecer as decisões da FAU, prioridade na atuação operária e defesa da necessidade da violência revolucionária. Sem dúvida alguma, foi a Revolução Cubana que tornou aguda e pôs em relevo os dissensos internos, mas permitiu igualmente, ajudar a definir caminhos distintos e perspectivas políticas concretas ao anarquismo uruguaio, ainda quando, os anarquistas dialogavam criticamente com este evento revolucionário. A FAU por exemplo fará uma extensa crítica do *foquismo*, num documento intitulado *El Copey*, este documento formalizará a concepção da luta armada da FAU, que era crítica a estratégia foquista, pois colocavam relevo no que chamavam de luta de massas⁶⁰.

A polêmica da revolução cubana será estancada dentro do anarquismo uruguaio principalmente a partir de 1965. Uma conversa de um militante da FAU e um delegado cubano no Uruguai sintetizou as discrepâncias que se avolumavam e a relação da FAU com Cuba, passou a ser nula⁶¹ a partir daí.

O grupo que saíra da FAU entretanto, possuía um trânsito maior no movimento anarquista internacional, cujo epígono era a militante Luce Fabri. Luce era filha do histórico militante Luigi Fabri que tivera relações estreitas com o Errico Malatesta. Este grupo também possuía uma boa

57 Um das vantagens da história comparada é justamente desconstruir questões arraigadas na história oficial.

58 “La fractura de FAU” apud MECHOSO, 2006, p. 261. Eduardo Rey Tristán ressalta que foram três elementos, os principais para aprofundar evolução ideológica da FAU: impacto da revolução cubana, compreensão própria do anarquismo e a leitura teóricas de outras correntes.

59 Aqui cabe um pequeno comentário crítico da avaliação de Eduardo Rey Tristán sobre essa estrutura federativa. Segundo Tristán a ideia de minoria ativa da FAU será a evolução até a ideia de *partido revolucionário*, adotado, no que diz respeito a mudança política concretizada no PVP. Não acreditamos que essa evolução seja “automática” o que a ideia de minoria ativa, implique numa outra cultura política. Na verdade, apesar de ter se nutrido de maneira heterodoxa de contribuições teóricas diversas, a matriz política da FAU está conectada com a ideia de minoria ativa bakuniniana, que é essencialmente anarquista. Cf. TRISTÁN, 2006, p. 239.

60 Essa estratégia, se vista de longo prazo, foi uma estratégia hegemônica na história do anarquismo.

61 RUGAI, 2003, p. 153.

entrada no movimento anarquista brasileiro e argentino⁶². Pode-se entender a partir do exposto, que a memória construída pelo anarquismo brasileiro sobre este tema, como apontado por Ricardo Ramos Rugai deve-se fundamentalmente a visão do grupo que saíra da FAU e que ajudou a constituir a imagem da FAU enquanto uma organização supostamente pró-Fidel Castro e que não esboçou nenhum elemento crítico ao processo cubano. As opções em torno da Revolução Cubana não necessariamente causaram o isolamento “automático”⁶³ da FAU, este foi um processo que tem relação não apenas com Cuba, mas com as relações políticas que foram constituídas em nível latino-americano pelo grupo vinculado a Luce Fabri e que rompeu com a FAU. Este isolamento também se deu, mediante a adoção de perspectivas políticas originais pela FAU e que se chocavam com certa ortodoxia no meio libertário. A organização da FAU nutriu-se de uma experiência latino-americana que caminhava com uma identidade própria e que diferia-se do modelo sintetista⁶⁴ difundindo na Europa e incorporado por uma parte significativa e influente do anarquismo latino-americano naquele momento. Mas mesmo assim, permaneceu isolada. A Revolução Cubana foi portanto, um elemento fundamental para os debates internos da FAU e definiu ainda que guardadas às realidades locais, perspectivas políticas e debates internos no anarquismo brasileiro e uruguaio.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

BARROS, José D'Assunção. “História Comparada – Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico”. *História Social*. Campinas – SP. Nº 13. 07-21, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004

MECHOSO, Juan Carlos. *Acción directa anarquista: Una historia de FAU. Tomo III: Los primeros años*. Montevideo: Editorial Recortes, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão; DEMINICIS, Rafael (org). *História do Anarquismo*. Volume 1. Niterói, EdUFF, Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

RUGAI, Ricardo Ramos. *O anarquismo organizado: as concepções e práticas da*

62 Fabbri chegou a visitar os anarquistas brasileiros algumas vezes, visitas que foram registradas pelo periódico *Ação Direta*.

63 Luce Fabri em RAGO, Margareth. Op Cit. p. 240 apud RUGAI, 2003.

64 Modelo de organização anarquista.

Federação Anarquista Uruguiaia (1952-1976). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2003

SALES, Jean Rodrigues. “A revolução cubana, as esquerdas brasileiras e a luta contra a ditadura militar nos anos 1960 e 70”. Simpósio: HIST/RI – 2 La historia reciente em Latino América: encrucijadas y perspectivas, 2005.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo* (1945-1964). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: 2014.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo* (1930-1945), Campinas, SP: [s.n], 2005.

TRISTÁN, Eduardo Rey. *La Izquierda Revolucionária Uruguaya, 1955-1973*. Montevideu: Editorial Fin de Siglo, 2006.

WASSERMAN, Claudia. “A recepção da Revolução Cubana no Brasil: a historiografia brasileira”. ESTUDIOS INTERDISCIPLINARIOS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Volumen 18:2, 2006/7.

Periódicos

Ação Direta (1946-1959), Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

O Libertário (1960-1964), Biblioteca Social Fábio Luz.